

Brasília vai a Arinos por diretas em 88

Os 23 partidos do Distrito Federal entregaram, ontem, ao presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), documento reivindicando eleições diretas para governador do DF no dia 15 de novembro do próximo ano. A iniciativa partidária é a reafirmação do Projeto Comitê Pró-Diretas — entregue aos constituintes no início do ano — e tem por objetivo, de acordo com o documento, acabar com as manobras que pretendem negar a autonomia política ao Distrito Federal.

A proposta foi bem recebida pelo presidente da Comissão de Sistematização. Arinos afirmou que a idéia das diretas para governador do DF coincide com o seu pensamento. Segundo ele, dar autonomia a Brasília representa uma evolução política que a Constituinte deve proporcionar, e lembrou que, na Constituição de 1934, quando a capital da República ainda era o Rio de Janeiro, esta situação era prevista.

Entretanto, o presidente da Comissão de Sistematização não concordou com a fixação da data de 15 de novembro de 1988 para a primeira eleição para governador do DF. Ele afirmou que, enquanto não for definido o regime de Governo que o País adotará — parlamentarismo ou presidencialismo — fica impossível marcar uma data para a eleição. Isso porque, na atual Constituição, existe a vinculação entre a indicação do governador do DF e a eleição do Presidente da República, já que é o Presidente que indica quem ocupará o cargo.

Com a adoção do parlamentarismo, que o senador acredita que virá a ser adotado, haverá a desvinculação, além da estipulação definitiva do período do mandato presidencial. Ou seja, na sua opinião, é preciso se definir estes dois pontos, e só após marcar a data das eleições.

Via crucis

Os presidentes de partido realizaram ontem uma verdadeira via crucis no Congresso Nacional. O objetivo deles era que o documento fosse entregue também ao relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e que fosse apresentado na reunião dos governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que aconteceu no restaurante do Anexo IV.

Estes planos, entretanto, não deram certo porque o deputado Bernardo Cabral não estava na Casa, o que levou os presidentes a tentarem o gabinete de Afonso Arinos. Ali conseguiram entregar o documento ao presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte e se deslocaram para o local onde se encontravam os governadores.

Desconhecendo a distância entre as instalações do Congresso, alguns reclamaram, insistentemente, de cansaço. Outros, lamentavam que os governadores era quem chamava as atenções. Mesmo assim, tentaram apresentar o documento aos governadores, mas a intenção não pôde ser concretizada, já que a atenção de todos estava voltada para a discussão da reforma tributária, que esperam ver incluída na Constituição.